

» Venezuela atingida pela violência. Cronologia de um conflito

Madri » 08 » 2017

A Venezuela está submergida na maior crise econômica de sua história, com baixos preços do petróleo, hiperinflação, escassez de medicamentos e alimentos, conflito político-social com mais de 100 dias de protestos e 120 pessoas assassinadas durante as manifestações. De acordo com analistas políticos, o país enfrenta o fechamento total dos poucos espaços democráticos que ainda permanecem com o estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A ANC foi convocada para que o Presidente Maduro pudesse supervisionar a elaboração na nova Constituição promovida e aprovada em 1999 pelo falecido Hugo Chávez. No dia da eleição da assembleia, domingo 30 de julho, em meio à violência e repressão, aconteceram 14 mortes nas mãos do governo e prisões no final do dia dos opositores Leopoldo Lopez e do prefeito metropolitano de Caracas, Antonio Ledezma, que estavam sob prisão domiciliar. Os Estados Unidos começaram a aplicar sanções e outras medidas virão com o aumento do conflito.¹

CRONOLOGIA DO CONFLITO POLÍTICO E SOCIAL

Após as eleições parlamentares de 6 de dezembro de 2015, a oposição venezuelana, por meio da Mesa da Unidade Democrática (MUD), que reúne os partidos políticos que se opõem ao governo de Maduro, obteve a maioria legislativa. Com a suspensão da posse no Parlamento de três membros indígenas², representantes do estado do Amazonas, ordenada pela Câmara Eleitoral da Suprema Corte, enquanto investigavam possíveis irregularidades denunciadas pelo Chavismo nas eleições desta região, o Parlamento foi estabelecido.

Os grupos de oposição iniciaram um processo constitucional para coletar assinaturas³ e solicitar um referendo de revogação ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o que permitiria democraticamente a expulsão do presidente da República se fosse implementado antes de 2017 e possibilitaria que os eleitos indígenas assumissem seus cargos no Parlamento.

O processo de referendo de revogação foi adiado devido à possibilidade de chegar a acordos políticos entre os partidos na chamada “mesa de diálogo” - que começou em outubro de 2016 - imposta pelo governo e promovida por seus mediadores, os ex-presidentes José Luis Rodríguez Zapatero (Espanha), Martín Torrijos (Panamá) e Leonel Fernandez (República Dominicana), e com representação do Vaticano. Esta mesa de diálogo não trouxe progresso algum, levando a oposição a se retirar e alegar que era uma estratégia governamental para “ganhar tempo” e, assim, adiar o referendo e atrasar as eleições programadas para prefeitos e governadores.



1 <https://twitter.com/liliantintori/status/892270054045253634>

2 <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-36951391>

3 https://elpais.com/internacional/2016/04/29/america/1461889070_745316.html

Nesse sentido, o CNE suspendeu o processo de coleta de assinaturas da MUD⁴, alegando “fraude” da reivindicação do governo por meio das medidas cautelares nos diferentes estados do país pelos juízes de primeira instância.

A oposição decidiu deixar a mesa de diálogo, pois “não garantiu o retorno à democracia na Venezuela”, solicitando novas negociações e a garantia de que quatro pontos específicos seriam atendidos: respeito pelas competências da Assembleia, abertura de um canal humanitário para ajudar as crises de remédios e alimentos, um cronograma eleitoral e a libertação de prisioneiros políticos. O conflito invadiu as ruas com manifestações contrárias ao governo.⁵

Por sua vez, o Supremo Tribunal de Justiça – controlado por juízes simpatizantes do Chavismo – considerou a Assembleia Nacional com desprezo pela incorporação dos membros indígenas ao Parlamento e cancelou suas competências, eliminou a imunidade parlamentar e concedeu poderes criminais, militares, econômicos, sociais, políticos e civis especiais ao Presidente Maduro, o que foi denunciado pelos membros como um “golpe de estado” e não aceitam a decisão do tribunal.

Desta forma, em maio, o Presidente Maduro pediu as eleições da Assembleia Constitucional da Venezuela. Maduro considerou as chamadas “bases eleitorais” e depois fez um decreto presidencial sectário e personalizado que eliminou os sistemas eleitorais tradicionais e adotou a paridade de um membro por município, sem considerar a população votante de cada eleitorado.

“De acordo com dados do Foro Penal Venezuelano, há mais de 400 prisioneiros políticos na Venezuela e cerca de 350 civis foram julgados nos tribunais militares”

Em abril de 2017, os protestos começaram em todo o país⁶ e, com eles, uma forte repressão e perseguição das forças armadas do governo, com mais de 110 mortes causadas por armas, mais de 2.500 prisões e 300 presos políticos até o momento (100 dias de protesto).

No dia 8 de julho, em meio às revoltas populares, o Supremo Tribunal de Justiça – controlado por Maduro – decidiu libertar o prisioneiro político que obteve a maior atenção nos meios de comunicação, Leopoldo López,

por “razões humanitárias”, embora ele tenha que permanecer em prisão domiciliar. O ex-prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, está na mesma situação há mais de dois anos, assim como outras pessoas da oposição venezuelana. De acordo com dados⁷ do Foro Penal Venezuelano, existem mais de 400 presos políticos na Venezuela e cerca de 350 civis foram julgados nos tribunais militares.⁸

Por sua vez, a oposição representada pela Assembleia Nacional aprovou um acordo sobre o “Resgate da Democracia e da Constituição”, pelo qual os venezuelanos tanto na Venezuela e no exterior foram convocados para responder a três questões de uma **consulta popular** (um dispositivo estabelecido na constituição que não foi aprovado pelo CNE, pois não trata nem das eleições nem do referendo):

1. Você rejeita e não reconhece a redação de uma nova Constituição proposta por Nicolas Maduro sem a aprovação prévia do povo da Venezuela?
2. Você exige que as Forças Armadas Nacionais e todos os servidores públicos obedeçam e defendam a Constituição de 1999 e apoiem as decisões da Assembleia Nacional?
3. Você aprova o processo para renovar os poderes públicos conforme estabelecido na Constituição, realizar eleições livres e transparentes e formar um governo da Unidade Nacional que restaure a ordem constitucional?



4 <http://www.elperiodico.com/es/internacional/20161021/suspenden-referendo-revocatorio-y-la-mud-habla-de-golpe-de-estado-5579106>

5 <https://www.youtube.com/watch?v=qfjyh2zEp4&t=31s>

6 <https://www.youtube.com/watch?v=ZKg205tb6pwwatch?v=ZKg205tb6pwi>

7 <https://foropenal.com/presos-politicos/lista-publica>

8 <https://www.nytimes.com/es/2017/05/12/venezuela-tribunales-militares-maduro/>

Em uma conferência cívica⁹, a oposição obteve 7.200.000 assinaturas rejeitando a assembleia constituinte, embora o governo não tenha reconhecido isso. Os protestos e repressão continuaram e uma greve nacional foi convocada por 48 horas, que, segundo dados da oposição, obteve 70 % de participação no país.

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE NACIONAL

O objetivo é constituir um novo Parlamento para escrever uma nova Constituição.

Em um cenário com risco de autoritarismo, plenos poderes e a rejeição da Constituição de 1999 promovida por Chávez, representantes do Chavismo chamados de “críticos” se manifestaram contra o que consideravam “traição do legado de Chávez”. Como porta-voz desses grupos, a advogada geral da República em exercício, Luisa Ortega Díaz, declarou seu desacordo, aumentando o conflito.¹⁰

Realizada no domingo 30 de julho, a eleição teve apoio do CNE e expandiu o Plano da República para todo o país (membros das Forças Armadas, que

supervisionaram e protegeram o processo). O dia foi marcado pela alta abstenção de votos. O Conselho Nacional Eleitoral informou a participação de 41,43 % da população, ou 8,1 milhões de votos, embora a oposição não aceite esses números, alegando a participação de apenas 12 % da população.

Enquanto os lugares preparados para a votação estavam vazios, as ruas estavam cheias de manifestantes que tentavam bloquear o processo. As forças de segurança do governo e paramilitares atacaram civis, causando a morte de 15 pessoas.

Hoje, países como o Peru, a Argentina, os Estados Unidos, a Suíça, a Colômbia, o México, o Canadá, o Panamá, o Brasil, a Costa Rica, a Noruega e o Parlamento da União Europeia oficialmente rejeitaram a Assembleia Constituinte.¹¹ Os Estados Unidos aplicaram sanções que congelam os ativos do presidente venezuelano e o proíbem de fazer transações e especulam a possibilidade de aplicar sanções ao setor de petróleo, que, segundo alguns analistas, pode levar a uma decisão definitiva da situação.

A Venezuela passa por um período novo e incerto. Os eventos acontecem diante dos nossos olhos.

9 <https://www.nytimes.com/es/2017/07/16/los-venezolanos-acudieron-masivamente-a-votar-contra-la-reforma-constitucional-que-impulsa-nicolas-maduro/>

10 <http://www.elpais.com.co/mundo/fiscal-venezolana-rechaza-aval-del-supremo-para-realizar-constituyente-sin-referendo.html>

11 <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40772187>



**d+i desenvolvendo
ideias**
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias** na LLORENTE & CUENCA

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com.br